UNIVERSIDADE DE LISBOA**Faculdade de Ciências****Despacho (extracto) n.º 12 210/2007**

Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 8 de Maio de 2007, foram nomeados provisoriamente, precedendo concurso, Maria da Conceição Cardoso Capitão Virgínio, Luís Miguel Fernandes da Silva e Vera Lúcia de Jesus Fino Ramos na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, do quadro do pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da aceitação.

16 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel Guimarães*.

Despacho (extracto) n.º 12 211/2007

Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 8 de Maio de 2007, foi nomeado definitivamente Cristian Angel Barbarosie na categoria de professor auxiliar, em regime de exclusividade, escalão 2, além do quadro de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a partir de 20 de Julho de 2007.

17 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel Guimarães*.

Despacho (extracto) n.º 12 212/2007

Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 8 de Maio de 2007, foi nomeado definitivamente Francisco Alexandre Saldanha Gama Nunes Conceição na categoria de professor auxiliar, em regime de exclusividade, escalão 2, além do quadro de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a partir de 27 de Junho de 2007.

17 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel Guimarães*.

Faculdade de Direito**Rectificação n.º 829/2007**

Por ter saído em duplicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 15 de Maio de 2007, a p. 12 732, o contrato (extracto) referente à celebração do contrato administrativo de provimento entre esta Faculdade e a mestra Fabrícia Viana Fernandes de Almeida Henriques, solicitamos a anulação do contrato (extracto) n.º 732/2007.

18 de Maio de 2007. — O Secretário, *Luís Waldyr de Menezes Barbosa Vicente*.

UNIVERSIDADE DO MINHO**Reitoria****Despacho n.º 12 213/2007**

Por proposta do conselho académico da Universidade do Minho, é homologado o Regulamento do Ciclo de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Doutor pela Universidade do Minho, anexo ao presente despacho, e revogado o despacho RT-16/2005, de 11 de Abril.

O presente despacho entra em vigor após a sua publicação.

3 de Janeiro de 2007. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues*.

ANEXO**Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Doutor pela Universidade do Minho (Novembro de 2006)****Preâmbulo**

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que estabelece o quadro jurídico da atribuição de graus académicos por parte das instituições de ensino superior, define, com base na adopção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS) e dos três ciclos de formação propostos na Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, os objectivos e as condições para a atribuição do grau de doutor, os quais são assumidos no presente Regulamento.

Nos Estatutos da Universidade do Minho, que contêm as normas fundamentais da sua organização interna, é atribuída ao conselho académico a definição das políticas científicas e pedagógicas da Universidade, prevendo-se no seu artigo 46.º que os cursos de pós-graduação sejam objecto de regulamentação e gestão próprias, a definir por este órgão.

O presente Regulamento, dando cumprimento ao disposto na lei e nos Estatutos da Universidade, procura responder às actuais aspirações e necessidades da sociedade através da definição de um conjunto de princípios e regras gerais a que deve obedecer a atribuição do grau de doutor pela Universidade do Minho. Importa flexibilizar estes princípios e regras sem colocar em causa a alta qualificação académica do grau de doutor e a sua estreita ligação à realização de investigação original e independente, mesmo que o candidato esteja integrado num centro ou equipa de investigação.

Artigo 1.º**Grau**

1 — O grau de doutor é conferido aos que demonstrem:

- a) Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo;
- b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico;
- c) Capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- d) Ter realizado um conjunto significativo de trabalhos de investigação original que tenha contribuído para o alargamento das fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de selecção;
- e) Capacidade para analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;
- f) Capacidade para comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados;
- g) Capacidade para, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.

2 — O grau de doutor é conferido num ramo de conhecimento ou numa sua especialidade, quando existente.

3 — Os ramos de conhecimento em que a Universidade confere o grau de doutor, bem como as respectivas especialidades, são fixados por despacho do reitor, mediante proposta do conselho académico.

4 — O grau de doutor é certificado por uma carta doutoral. A carta doutoral, acompanhada do suplemento ao diploma nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, é emitida anualmente e entregue no dia da Universidade.

Artigo 2.º**Habilitações de acesso**

1 — Podem candidatar-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor:

- a) Os titulares do grau de mestre ou equivalente legal;
- b) Os titulares do grau de licenciado detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo conselho científico da escola;
- c) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido, pelo conselho científico da escola, como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

2 — O reconhecimento a que se referem as alíneas b) e c) do número anterior tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou de mestre, ou ao seu reconhecimento.

Artigo 3.º**Ciclo de estudos conducente ao grau de doutor**

1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de doutor integra:

- a) A elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim adequada à natureza do ramo de conhecimento e da especialidade;
- b) A eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação e ou formação de índole profissionalizante de elevado nível científico e tecnológico, cujo conjunto se denomina curso de doutoramento, sempre que as respectivas normas regulamentares o prevejam.